# UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL CAMPUS CERRO LARGO CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS PORTUGUÊS E ESPANHOL LICENCIATURA

CARLINE KUHN MAGALHÃES

O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DOS VERBETES "ÍNDIO" E "INDÍGENA" EM DICIONÁRIOS REGIONALISTAS

**CERRO LARGO** 

# CARLINE KUHN MAGALHÃES

# O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DOS VERBETES ÍNDIO E INDÍGENA EM DICIONÁRIOS REGIONALISTAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Letras Português/Espanhol da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Graduada em Letras.

Orientador(a): Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Caroline Mallmann Schneiders

CERRO LARGO 2025

# FICHA CATALOGRÁFICA

## Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Magalhães, Carline Kuhn
O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DOS VERBETES ÍNDIO E
INDÍGENA EM DICIONÁRIOS REGIONALISTAS / Carline Kuhn
Magalhães. -- 2025.
35 f.

Orientadora: Prof. a Dr. a Caroline Mallmann Schneiders

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Licenciatura em Letras - Português e Espanhol, Cerro Largo,RS, 2025.

1. Análise de Discurso. 2. Memória. 3. História. 4. Dicionário. I. Schneiders, Caroline Mallmann, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

# CARLINE KUHN MAGALHÃES

# O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DOS VERBETES ÍNDIO E INDÍGENA EM DICIONÁRIOS REGIONALISTAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Letras da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) como requisito parcial para obtenção do grau de Graduada em Letras - Português/Espanhol.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 30/06/2025.

BANCA EXAMINADORA

ardine M. Schneiders

"Dr." Caroline Mallmann Schneiders – UFFS Orientadora

leve de J. Batuta Prof.ª Dr.ª Jeize de Fátima Batista - UFFS Avaliadora

Prof. Dr. Ana Cecilia Teixeira Gonçalvés - UFFS

Avaliadora

**RESUMO:** Este trabalho tem como interesse compreender os efeitos de sentido atribuídos aos verbetes *índio* e *indígena* em dicionários regionalistas. Para tanto, mobilizamos como objeto de estudos os dicionários Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul e Dicionário Gaúcho Brasileiro, visto que estes são instrumentos de estabilização de discursos, além de um lugar interessante de se observar os modos de dizer de uma sociedade, bem como o de Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa, por ser um dicionário que representa, mesmo que imaginariamente, a língua portuguesa do/no Brasil. A partir da perspectiva da Análise de Discurso de linha pecheuxtiana, articulada à História das Ideias Linguísticas, buscamos compreender a memória discursiva que sustenta esses verbetes, identificando apagamentos, ressignificações e como essas representações determinam os sujeitos indígenas, especialmente no contexto do Rio Grande do Sul. Tendo em vista nossa filiação teórica, entendemos o dicionário como um discurso sobre a língua, a qual não é transparente e é atravessada pelo social, ideológico e histórico. Para o desenvolvimento analítico, adotamos o gesto analítico palavra-puxa-palavra para estender a análise a outros verbetes relacionados. Observamos que, no contexto regional gaúcho, o termo *índio* é ressignificado e associado ao homem do campo, silenciando suas origens étnicas e históricas, enquanto o termo indígena aparece descolado da realidade regional. Compreendemos que os dicionários atuam como espaços de circulação e exclusão de sentidos, materializando discursos dominantes e seus efeitos ideológicos.

Palavras-chave: Dicionário; Memória; História.

**ABSTRACT:** This study aims to understand the meaning effects attributed to the entries indio and indigena in regional and Portuguese language dictionaries. For this, we mobilized as object of studies the dictionaries Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul and Dicionário Gaúcho Brasileiro, since these are instruments of stabilization of discourses, besides an interesting place to observe the ways of saying a society, as well as the Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa, for being a dictionary that represents, even if imaginarily, the Portuguese language of/in Brazil. From the perspective of Pecheuxtian line Discourse Analysis, articulated to the History of Linguistic Ideas (HIL), we seek to understand the discursive memory that supports these entries, identifying erasures, re-meanings and how these representations determine indigenous subjects, especially in the context of Rio Grande do Sul.. Considering our theoretical affiliation, we understand the dictionary as a discourse about language, which is not transparent and is crossed by social, ideological and historical. For the analytical development, we adopted the "word-pulls-word" to extend the analysis to related entries. Our observations show that, in the regional gaucho context, the term *indio* is resignified and associated with the man of the field, silencing its ethnic and historical origins, while the indigenous term appears detached from the regional reality. We understand that dictionaries act as spaces of circulation and exclusion of meanings, materializing dominant discourses and their ideological effects.

**Keywords:** Dictionary; Memory; History.

# LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT Associação Brasileira de Normas Técnicas

UFFS Universidade Federal da Fronteira Sul

# SUMÁRIO

1 Introdução	8	
2 A CONSTITUIÇÃO DO DISPOSITIVO TEÓRICO-ANALÍTICO	11	
2.1 A língua no/do Brasil	11	
2.2 Dos dicionários aos efeitos de sentido	15	
3 A CONSTITUIÇÃO DO <i>CORPUS</i> E GESTOS DE INTERPRETAÇÃO	20	
4 Considerações finais	31	
5 Referências	32	

# 1 Introdução

A língua é, antes de tudo, um fenômeno social e histórico. No Brasil, a língua portuguesa, embora herdada do processo colonial, foi, e continua sendo, apropriada, transformada e ressignificada por diferentes grupos sociais ao longo do tempo. É impossível compreender a língua no Brasil sem considerar os múltiplos discursos que a atravessam, sendo alguns deles: discursos oficiais e marginais, hegemônicos e contra-hegemônicos, formais e populares, entre outros. A língua não apenas comunica ideias, mas também produz realidades, institui verdades e sustenta posições sociais. Assim, o estudo da língua nos permite compreender como diferentes sujeitos se posicionam, resistem ou são silenciados dentro de determinadas conjunturas sociais e históricas.

Como base teórica, filiamo-nos aos pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Discurso de linha pecheuxtiana, em articulação com a História das Ideias Linguísticas. Em vista disso, compreende-se que a língua não é neutra, ela produz efeitos de sentido que variam de acordo com as condições de produção, com as posições dos sujeitos e com os discursos em circulação. Assim, toda fala, toda escrita, todo uso da língua é atravessado por ideologias, e é nesse atravessamento que os sentidos se constituem, se estabilizam ou se transformam.

Este trabalho parte, portanto, da concepção de que a língua não é homogênea nem transparente, mas sim marcada por tensões discursivas que dizem muito sobre as relações sociais, históricas e políticas do país. Ao analisar os efeitos de sentido produzidos pela língua em determinados discursos, esta pesquisa tem como interesse refletir acerca do funcionamento discursivo em torno dos verbetes *índio* e *indígena* em dicionários regionalistas, para que compreendamos como estas designações produzem sentidos no recorte histórico do estado do Rio Grande do Sul, marcado historicamente pelo contexto da colonização, e de que forma esses sentidos são construídos e naturalizados nesse espaço de significação.

Por meio do que preconiza a AD, visamos "compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos, analisando assim os próprios gestos de interpretação que ela considera como atos no domínio simbólico, pois eles intervêm no real do sentido" (Orlandi, 2005, p. 26). Ancorando-nos nesse aporte teórico e no objeto de análise em questão, mobilizar-se-ão os conceitos: memória, ideologia e historicidade.

Nosso objeto de estudo trata-se de dicionários regionalistas, considerados como "instrumento linguístico" e, por conta disso, valemo-nos da definição de Auroux (2009, p. 72), pontuando que o dicionário está "relacionado às normas e conjunturas que

hegemonizaram um bem falar e bem escrever, consequentemente". Para a perspectiva da Análise de Discurso, o dicionário é um discurso, pelo fato de que, produzidos sob determinadas condições, são textos cujo processo de produção vincula-se a uma certa rede de memória diante da língua. Em concordância com Orlandi (2002, p. 103), o dicionário é "um objeto histórico e de representação da relação do falante com sua língua, na necessidade de um imaginário de unidade da língua nacional".

Consideramos relevante essa reflexão, uma vez que mobilizamos os dicionários, especialmente os de caráter regionalista, não apenas como instrumentos de uma pesquisa social, mas como espaços de produção de sentidos que refletem e perpetuam visões históricas sobre os povos indígenas. Consideramos que essas obras lexicográficas não apenas registram usos linguísticos, mas também atuam como dispositivos simbólicos que registram relações de poder, identidades e memórias. Assim, analisar a presença, ou a ausência, do sujeito indígena, aquele vinculado a um grupo indígena, em verbetes, permite problematizar as formas pelas quais essas populações foram representadas, silenciadas ou estereotipadas ao longo do tempo, permitindo observar como o passado é continuamente atualizado e naturalizado por meio da linguagem.

Pensado como um objeto que representa a língua e contém os sentidos que as palavras possuem, o dicionário é um instrumento linguístico que também constitui o ambiente escolar, mas que, atualmente, não é mais manuseado e analisado como tal. Este trabalho pode trazer, desse modo, uma nova abordagem, para pensar o sentido não como único, mas vinculado às questões ideológicas e de produção, e também como aporte metodológico para (re)pensar e, focando, especialmente, em dicionários regionalistas, para entender a relevância dos sentidos sobre os verbetes que circulam e são vinculados à região, mas que escapam dos dicionários tidos como 'oficiais' de língua portuguesa. Para Petri (2009, p. 26)

abordar essa língua dicionarizada, especificamente a partir de termos regionalistas, é abordar formas de recuperação de uma memória coletiva e é também observar o funcionamento de uma ferramenta própria à manutenção de uma cultura bem local, mas é, sobretudo, adentrar o espaço das questões historicamente construídas.

Deste modo, ao analisar os efeitos de sentido dos verbetes *índio* e *indígena*, estamos recuperando a memória coletiva e local que foi silenciada em favor dos colonizadores.

Para alcançar os objetivos desta pesquisa, iniciamos com a exposição do referencial teórico relacionado à Análise de Discurso e à História das Ideias Linguísticas, que fundamentam o estudo e são necessários para compreender o funcionamento da língua

enquanto prática social e ideológica. Ambas as perspectivas compartilham o entendimento da linguagem como prática social e histórica, e permitem compreender como o funcionamento discursivo da língua está atravessado por processos ideológicos. Em seguida, realizamos a descrição do percurso metodológico adotado, detalhando os critérios de seleção do *corpus* e as estratégias analíticas utilizadas. Por fim, apresentamos a análise do *corpus*, por meio da qual construímos nosso gesto de interpretação, buscando interpretar como determinados sentidos são produzidos, circulam e se estabilizam nos verbetes observados.

# 2 A CONSTITUIÇÃO DO DISPOSITIVO TEÓRICO-ANALÍTICO

# 2.1 A LÍNGUA NO/DO BRASIL

Na presente pesquisa, propomos uma reflexão sobre o dicionário, com o objetivo de compreender também o funcionamento do dicionário regionalista e os efeitos de sentido produzidos pelos verbetes *índio* e *indígena*. Mas, antes, é preciso falar sobre a constituição da língua portuguesa no/do Brasil, visto que, o dicionário é um discurso sobre a língua, sobre as palavras, conforme Nunes, (2010, p. 7), e a língua, por sua vez, não é transparente e é atravessada pelo social, ideológico e histórico.

Juntamente dos portugueses que desembarcaram no Brasil, estava a língua portuguesa, lá nos idos de 1500. Como sabemos, já havia nativos aqui, que tinham suas próprias línguas. Este encontro ocasionou em uma miscelânea de línguas que "circulavam em diferentes espaços de comunicação e cumpriam diferentes funções sociais" (Mariani, 2004, p. 22); deste modo, as línguas europeias eram usadas pelos colonizadores e a elite, enquanto as línguas indígenas eram usadas pelos nativos e padres jesuítas, a fim de que pudessem passar aos habitantes naturais do país suas crenças e costumes cristãos.

Do ponto de vista colonizador português e de uma ideologia do déficit (Mariani, 2004), a justificativa para a necessidade da colonização era a de que, por não haver, entre a população indígena, em todo o território do Brasil, só uma língua vigente, bem como um único sistema religioso, real e judiciário vigorando em todo o país, mas sim cada tribo com suas crenças e organizações que funcionam independentemente, essa não era uma sociedade civilizada. Esta visão eurocêntrica também recaiu sobre as línguas indígenas, que eram tidas como selvagens e de carência linguística.

Aqui é preciso levar em consideração que as línguas indígenas significam de modo diferente da língua portuguesa, as primeiras como instrumento de entrada no processo de doutrinação e sendo de uso restrito após um maior conhecimento dos modos da religião católica, para depois ser usada somente a língua portuguesa.

Para dar conta das diversas línguas sendo faladas no território brasileiro e para que os jesuítas conseguissem alcançar seus objetivos na catequese, foram criados dicionários bilíngues de português-tupi e tupi-português. O primeiro deles foi criado durante a segunda metade do século XVI. Nunes diz que "a língua indígena torna-se um meio de se estabelecer relações entre os colonizadores e autóctones através da catequese" (2001, p. 74). Deste modo,

por meio destes instrumentos linguísticos<sup>1</sup>, os jesuítas contribuíram para consolidar o tupi na história da lexicografía do país. Segundo Mariani,

Ao prover com gramáticas e dicionários a língua indígena, objetivando a catequese, os missionários estavam, também, alçando essa língua ao nível da língua da metrópole conquistadora. Uma língua desconhecida e exótica aos olhos do europeu passava a ter o mesmo estatuto da língua conquistadora, já que passava a ter gramáticas e dicionários, podendo ser ensinada e escrita. (Mariani, 2004, p. 39).

Ao gramatizar o tupi<sup>2</sup>, os colonizadores permitiram não só a escrita, como também a tradução e a conversão linguístico-culturais de expressões, de modo que fizeram com que "uma outra língua passe a integrar materialmente o espaço da língua de colonização" (Mariani, 2004, p. 30). Vale lembrar que esses instrumentos linguísticos foram, em sua maioria, escritos por religiosos, por motivos de necessidade de evangelização e concepções teológicas:

A gramatização do tupi, que proporcionou seu ensino e sua escrita, permitiu um avanço na evangelização. Mas, paradoxalmente, o crescente uso dessa língua, somado ao início de uma produção escrita não controlada pelo poder real, tornou-se um inibidor da colonização nos moldes pretendidos por Portugal. (Mariani, 2004, p. 23).

Com o passar do tempo, a língua geral<sup>3</sup> sofre hostilidades, a evangelização já não é mais tão popular e sofre com a tentativa de silenciamento por parte da Coroa, agora o uso da língua da metrópole passa a ser incentivado. O motivo para isso é que "para servir a Deus, deve-se ser doutrinado, e isso pode ser feito em qualquer língua, mas para servir ao Rei é necessário ensinar a língua materna do rei" (Mariani, 2004, p. 118), que também é a língua da nação.

No século XVIII, houve a criação de duas academias literárias, a Academia Brasílica dos Esquecidos (ABE), que tinha como objetivo a produção de uma história do Brasil, e a Academia Brasílica dos Acadêmicos Renascidos (ABAR), que deu continuidade aos feitos da

\_

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup>Conforme Auroux (2009, p. 70), a gramática e o dicionário são considerados como instrumento linguístico, ou seja, "não é uma simples descrição da linguagem natural [...] do mesmo modo que um martelo prolonga o gesto da mão, transformando-o, uma gramática prolonga a fala natural e dá acesso a um corpo de regras e de formas que não figuram juntas na competência de um mesmo locutor."

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> "Conhecer estes povos e conhecer suas línguas, em termos práticos, representava uma das chaves para a total conquista, expansão e colonização do território. A construção desse conhecimento, um conhecimento marcado pelos saberes europeus, é responsável pela manutenção de uma determinada direção de sentidos para as línguas em circulação na colônia." (Mariani, 2004, p. 57)

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Definida por Nunes (1996, p. 30) como língua de contato entre portugueses e indígenas.

ABE, além do objetivo de redigir a história da América Lusitana. Ambas tiveram vidas curtas e funcionavam

como 'pré-instituições', cuja função reguladora maior seria a de dar início ao processo de escritura de uma história oficial do Brasil, utilizando o português da metrópole como forma de evitar uma 'fuga' de sentidos", ou seja, "o processo de constituição de uma memória, cujo início se dá no apagamento da língua e realidades brasileiras" ao começar a circular determinados enunciados. (Mariani, 2004, p. 115).

Tendo em vista esse contexto histórico da constituição da língua portuguesa no/do Brasil, Orlandi (2001, p. 22) divide em quatro momentos o período de 1532 até o fim do século XIX, são eles:

- O início da colonização, onde a língua portuguesa é exclusivamente usada por letrados e a língua dos índios é a 'língua geral'. Apenas com o passar do tempo o português passa a ser empregado em documentos oficiais e ensinado em escolas católicas;
- 2. Os holandeses são expulsos e só aí é que Portugal tem posse total do território. A chegada um número considerável de portugueses e escravos, falantes com variedade regional, deste modo, a língua geral passa a ser menos usada, inclusive é proibida de ser ensinada nas escolas, em favorecimento do ensino do português;
- 3. Em 1826, a família real portuguesa chega ao Brasil, junto de 15 mil portugueses. Houve também a criação da Biblioteca Nacional e da imprensa do Brasil.
- 4. Por conta de uma lei, os professores devem ensinar a ler e a escrever fazendo uso da gramática da língua nacional<sup>4</sup>.

Como consequência deste processo, a gramatização da língua nacional teve início no final do século XIX e estava diretamente ligada ao processo de ensino da língua, de modo que, "nossa língua foi-se constituindo ao mesmo tempo em que se constituía um conhecimento sobre ela" (Orlandi, 2006). Os intelectuais da época acreditavam que "com relação à língua não se trata somente de saber a língua que se fala mas de construir um aparelho institucional (tecnologia científica e instituições) para que o Brasil saiba que ele sabe a língua"(Orlandi, 2001, p. 24), além disso, tinham como objetivo formar brasileiros em uma sociedade onde o saber tivesse lugar.

Um grande incentivo para o surgimento das gramáticas brasileiras foi o "Programa de Português para os Exames Preparatórios"<sup>5</sup>, que aconteceu no ano de 1887, com organização

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup>Evitando nomeá-la oficialmente como brasileira ou portuguesa.

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup>Solicitado pelo Diretor Geral da Instrução Pública e, a partir dela, surgiram gramáticas conforme as instruções do programa e não mais de acordo com a tradição portuguesa da gramática filosófica. (Orlandi, 2001, p. 25)

de Fausto Barreto, professor do Colégio Pedro II. A partir de então, várias gramáticas foram surgindo, como as de Alfredo Gomes e João Ribeiro, que eram utilizadas principalmente para o ensino, bem como as de autoria de Lameira de Andrade e Pacheco da Silva, mais utilizadas para consulta (Orlandi, 2001).

Como as gramáticas eram de autoria distinta, cada uma abordava a língua de acordo com as perspectivas e vieses de seu autor, por conta disso, em 1959<sup>6</sup>, foi estabelecida a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), que uniformizou as nomenclaturas das gramáticas e, assim, os autores "não falam mais dos fatos da linguagem, eles repetem uma nomenclatura que lhes foi oficialmente imposta" (Orlandi, 2001, p. 27), já que a NGB se tornou fixa e obrigatória, por decreto do Ministério da Educação e da Cultura.

A importância das gramáticas de autores brasileiros foi singular no processo de formação da língua no Brasil, pois estudar a língua falada aqui foi uma forma de reivindicá-la e iniciou-se a constituição das ideias linguísticas brasileiras, algo propriamente nosso e não de Portugal.

Após diversas problemáticas voltadas para a língua nacional, vocabulários e dicionários foram produzidos, com o objetivo de legitimar o léxico brasileiro, pois estes, de acordo com Orlandi (2002, p. 101), "são parte da gramatização de uma língua e, como a gramática, representam a relação dos falantes com a língua nacional". Assim, é por meio deste instrumento linguístico que é possível compreender como são praticadas as políticas da língua. Entendemos, por gramatização, baseando-nos nos pressupostos teóricos de Auroux (2009, p. 65), "o processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário".

Contidas nestes dicionários inaugurais da língua nacional, estavam expressões chamadas de brasileirismos, consoante a Nunes (2001). Isto se deu devido à mistura de línguas no país e variava de acordo com a região, o que resultou na criação de dicionários de brasileirismos que, apesar de terem caído em desuso no século XX, seu objeto sobrevive até hoje na língua falada do Brasil. Destacam-se, neste período, duas obras lexicográficas que os reuniram e que, de acordo com Nunes, são de escrita singular e de grande importância para a lexicografia brasileira. Foram eles o *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, de Macedo Soares, e o *Dicionário de Vocábulos Brasileiros*, de Beaurepaire Rohan. Estes dicionários

-

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup>Os autores das gramáticas feitas no Brasil na época eram jornalistas, escritores, historiadores etc, isso significa, segundo Orlandi (2001, p. 28) que, "essas diferentes posições demonstram que a língua, a história e a literatura desempenham um papel importante na formação do Brasil, mas, para isso, é necessário que o trabalho intelectual seja institucionalizado.

desempenharam um papel essencial no processo de legitimar a língua nacional do Brasil, ao dar lugar ao cidadão falante dela, tendo em vista que "a história da constituição da língua nacional está estruturalmente ligada à constituição da forma histórica do sujeito sociopolítico" (Orlandi, 2002, p. 21), ou seja, é muito mais que apenas a língua, é também o espaço, o lugar, os direitos desse sujeito. É no século XX que os brasileiros usam, quase que majoritariamente, dicionários feitos por brasileiros, deixando de lado os dicionários de língua portuguesa escritos por portugueses, conforme Nunes (2023)<sup>7</sup>.

# 2.2 Dos dicionários aos efeitos de sentido

Como esta pesquisa faz uso de dicionários como fonte de análise, entendemos estes a partir de Nunes (2006, p. 11): "um dos lugares que sustentam as evidências dos sentidos, funcionando como um instrumento de estabilização de discursos", que constitui "um material interessante para se observar os modos de dizer de uma sociedade e os discursos em circulação em certas conjunturas históricas". Parafraseando Nunes (2020)<sup>8</sup>, o estudo discursivo dos dicionários facilita a compreensão do discurso em circulação, já que este instrumento linguístico serve como um observatório dos diferentes sentidos contidos nas palavras, que rememoram outras épocas - por meio da repetição, da polissemia etc. Nosso *corpus*, por exemplo, reverbera a época da colonização, tanto cultural quanto religiosa, ocorrida no Brasil, bem como no estado do Rio Grande do Sul, rememorando e ressignificando os dizeres conforme a memória contida nos verbetes.

Auroux nos diz, acerca do dicionário, que este se trata de um instrumento linguístico relacionado às normas e conjunturas que hegemonizaram um bem falar e bem escrever, consequentemente. Já "uma gramática dá procedimentos gerais para engendrar/decompor enunciados, enquanto o dicionário fornece os itens que se trata de arranjar/interpretar segundo esse procedimento." (Auroux, 2009, p. 72).

Para a perspectiva da Análise de Discurso, o dicionário é um discurso, pelo fato de que, produzidos sob determinadas condições, são textos cujo processo de produção se vincula a uma certa rede de memória diante da língua. Em concordância com Orlandi (2002, p. 103), o dicionário é "um objeto histórico e de representação da relação do falante com sua língua, na necessidade de um imaginário de unidade da língua nacional".

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup>Palestra: Língua, Discurso e Dicionário. Disponível em: <a href="https://www.youtube.com/watch?v=kf1BZEzLOR4">https://www.youtube.com/watch?v=kf1BZEzLOR4</a>. Acesso em: 26 de nov. de 2024.

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup>Palestra: Dicionário e Discurso. Disponível em: <a href="https://www.youtube.com/watch?v=2yjE\_5oztpw&t=7s">https://www.youtube.com/watch?v=2yjE\_5oztpw&t=7s</a>. Acesso em: 26 de nov. de 2024.

Conforme Nunes (2006), o dicionário vincula-se a um discurso documental, um espaço de produção de memória institucionalizada, estabilizadora de sentidos, onde "o dizer é documento, atestação de sentidos, efeito de relações de forças" (Orlandi, 2003, p. 15), trata-se de uma memória de arquivo, constituindo o que deve ser dito e o que não se esquece. Nunes (2008, p. 90) acrescenta que "o arquivo corresponde a representações imaginárias da memória". Diferentemente desta memória institucionalizada, a memória discursiva, ou interdiscurso, é o conjunto de dizeres já ditos e que se estrutura pelo esquecimento.

Pelo texto do dicionário ou fragmentos dele, como um verbete, por exemplo, a memória é transferida de uma língua a outra, de um país a outro, de uma instituição a outra, e a cada vez é reconfigurada, esquecida, reorganizada, silenciada etc. A elaboração deste instrumento linguístico "consiste em um trabalho sobre o já-dito, um trabalho de seleção, reformulação, retomada, ruptura, etc." (Nunes, 2006, p. 24), conforme veremos mais à frente, na análise dos verbetes do *corpus* desta pesquisa.

Como mencionado anteriormente, nosso olhar recai sobre o dicionário regionalista, com o objetivo de compreender as condições de produção dos verbetes *índio* e *indígena*. Para Petri (2008, p. 229), nesses dicionários

encontramos o "levantamento" do que é próprio do popular, do domínio de um falante do "interior" de um estado brasileiro, trata-se de um lugar onde estão formalizados os sentidos correntes mobilizados pelos falantes daquela região, remetendo-nos a uma outra época, ao "imaginário de passado glorioso", silenciando (na maioria das vezes) os efeitos de sentidos pejorativos que a designação possa vir a produzir. Esse tipo de objeto discursivo também carrega as representações próprias das relações sociais que se efetivam num espaço bem determinado.

No nosso caso, trata-se do estado do Rio Grande do Sul. A autora também diz que este instrumento linguístico tão específico, funciona como um lugar tanto de referência quanto de preservação de um passado de glórias, "nos quais é possível observar o funcionamento da noção de língua em suas relações com as formas de identificação do sujeito gaúcho com a língua que acredita ser 'sua' e o território que acredita ser 'seu'" (Verli, 2010, p. 30).

Além disso, tendo em vista que, no estado em questão, há uma hegemonia dos colonizadores, nos verbetes que integram os dicionários regionalistas estão presentes sentidos moldados pelo discurso colonizador, por isso, buscamos analisar como esse efeito, em conjunto com o funcionamento da língua, influencia a produção desse instrumento linguístico.

Quando se reflete sobre o dicionário, parte-se do pressuposto que ele abarca todas as palavras de determinada língua, o qual, no entanto, produz esse efeito ao buscar representar tal língua. Esse efeito é chamado de efeito de completude, segundo Orlandi (2002), o qual

consiste na ideia de que "consideramos que o dicionário assegura, em nosso imaginário, a unidade da língua e sua representabilidade: supõe-se que um dicionário contenha (todas) as palavras da língua" (p. 104). Isso se dá por meio de dois processos: a remissão de um verbete a outros verbetes em um circuito fechado e pela menção de autores da língua, que seria a intertextualidade; e pela maneira como faz intervir a memória discursiva, que seria o interdiscurso. A necessidade de um instrumento linguístico para uma língua é para que este dê conta dela.

Esse efeito de unidade vincula-se ao que Orlandi (2002) pontua sobre a língua imaginária, aquela "que os analistas fixam com suas sistematizações" e sobre a língua fluida "que não se deixa imobilizar nas redes dos sistemas e das fórmulas" (p. 22). Deste modo, a língua imaginária é aquela idealizada por normas e coerções, a língua que se encontra nas gramáticas e dos dicionários, já a língua fluida se distancia de regulações, sendo modificada constantemente. Nesse sentido, a língua imaginária vincula-se à ilusória homogeneidade da língua e dos sentidos.

A língua não significa sem a história e o sentido, em conformidade com Orlandi (1996), consiste na relação do sujeito com a história. O sentido, de acordo com Ferreira (2003), não é individual e nem pronto, ele tem seu processo de constituição, é algo fundamentalmente histórico, que se vincula a uma rede de memória. Nesse contexto, as designações como *índio* e *indígena* não são neutras nem fixas, elas carregam marcas históricas, políticas e ideológicas que atravessam a constituição dos sujeitos. Essas nomeações são efeitos de sentidos produzidos ao longo do tempo e vinculam-se a diferentes discursos que moldam a maneira como os povos originários são percebidos e representados. O que realiza a relação do sujeito com a língua é a interpretação, e é por meio dela que tais sentidos se atualizam, se confrontam e se (re)inscrevem no presente.

Para que se institua o sentido, as enunciações precisam passar para o anonimato, este processo é o trabalho imaginário da história no processo enunciativo. O esquecimento de quem disse, como disse, onde disse e para quem disse, constitui a memória (Orlandi, 1996). A memória discursiva situa-se entre a memória mítica, a memória social inscrita em práticas e a memória construída do historiador. Acerca dela, Scherer (2005), citando Pêcheux (1983), diz

para tratar do memorável é preciso entender o acontecimento inscrito no espaço da memória sob dupla forma-limite: (1) o acontecimento que escapa à inscrição, que não chega a se inscrever; (2) o acontecimento que é absorvido na memória como se não tivesse acontecido. (Scherer, 2005, p. 121)

Scherer (2005, p. 122) também diz, em concordância com Pêcheux, que "a memória não restitui frases escutadas no passado, mas julgamentos de verossimilhança sobre o que é reconstituído pelas operações de paráfrase", ou seja, no momento da enunciação a memória é reconstituída. Por fim, a autora define a memória como "tudo o que pode deixar marcas dos tempos desjuntados que nós vivemos e que nos permite a todo momento fazer surgir e reunir as temporalidades passadas, presentes e as que estão por vir".

Para que o indivíduo se torne sujeito, ele precisa ser interpelado pela ideologia, que traz consigo o apagamento da inscrição da língua na história. É a ideologia que vai apontar para a direção de uma interpretação de sentido, determinada pela história (Ferreira, 2003).

Para a Análise de Discurso, o sujeito não tem acesso à totalidade do que diz, nem acesso direto à exterioridade, o interdiscurso, que o constitui, concebido como uma "posição" entre outras, um lugar que ocupa para ser sujeito do que diz. Ao passo que o sujeito não é totalmente livre, ele também não é totalmente determinado por mecanismos externos, segundo o que nos diz Ferreira. A tensão entre a vontade de hipertrofia do sujeito e a submissão ao assujeitamento, "faz com que o sujeito mantenha uma relação ativa no interior de uma dada formação discursiva: assim como é determinado, também a determina, por força de sua prática discursiva." (Ferreira, 2003, p. 192).

É pelo encontro da língua com a história que temos a possibilidade de trabalhar o equívoco, que consiste no lugar de resistência à língua e sua constituição, conforme Ferreira. Essa noção de equívoco nos foi trazida por Pêcheux, e consiste na delimitação onde a Análise de Discurso vai trabalhar, "o espaço do deslocamento discursivo de sentido próprio a qualquer enunciado" (Ferreira, 2003, p. 196), já que, como disse o autor, "todo enunciado é intrinsecamente suscetível a tornar-se outro" (Pêcheux, 1990, p. 53).

É importante destacar que a língua só é relativamente autônoma, a história não é contexto e o sujeito não se origina em si. A interpretação é constitutiva, ou seja, os fatos são sujeitos à interpretação e a língua, ao passo que é suscetível ao equívoco, deslize e falha, faz lugar para a interpretação. Consoante a Henry (1994), a história é resultado dos fatos que reclamam sentidos.

Assim, partimos do pressuposto de que os sentidos não estão nas palavras, mas sim no fato de que uma palavra, expressão ou proposição por outra palavra, expressão ou proposição, cuja transferência pela qual os elementos passam, não pode ser pré-determinada por propriedades da língua, conforme Orlandi (1996).

Pêcheux diz, acerca do sentido, que este:

existe exclusivamente nas relações de metáfora (transferência), realizadas em efeitos de substituição, paráfrase, formação de sinônimos, dos quais certa formação discursiva vem a ser historicamente o lugar mais ou menos provisório. (Orlandi, 2001, p. 44)

A nós, na Análise de Discurso, interessa o que a organização sintática da língua pode nos fazer compreender sobre os mecanismos de produção de sentidos. A língua não se resume a um código ou instrumento de comunicação, ela "funciona ideologicamente, e suas formas têm papel fundamental nesse funcionamento", que "é parte da natureza da ligação da língua com o mundo." (Orlandi, 1996, p. 30).

Já a historicidade é o acontecimento do texto enquanto discurso. Conforme Orlandi (2005, p. 67), "as palavras refletem sentidos de discursos já realizados, imaginados ou possíveis. Assim que a história se faz presente na língua. Processos como paráfrase, metáfora, sinonímia são a presença da historicidade na língua". O trabalho dos sentidos no texto acontece quando não vemos o conteúdo da história, mas textos tomados como discurso, onde, na materialidade, se inscreve a relação do mesmo com a exterioridade (ibid, p. 68).

Ao tomar o discurso como efeito de sentidos entre interlocutores, o analista trabalha a relação da língua com a história que constituem a ordem do discurso, conforme Orlandi (1996).

Ferreira diz que, entendido como um processo social, o discurso é

o objeto que nos permite observar as relações entre ideologia e língua, bem como os efeitos do jogo da língua na história e os efeitos desta na língua. É através dele que se vai compreender como um material simbólico produz sentidos e como o sujeito se constitui. (Ferreira, 2003, p. 193)

Por fim, na perspectiva da Análise de Discurso, temos que "no nível de formulação, o sujeito já tem sua posição determinada e ele está sob o efeito da ilusão objetiva, afetado pela vontade de verdade, pelas suas intenções, pelas evidências do sentido." (Orlandi, 1996, p. 32).

Retomamos essas questões, uma vez que tal fundamentação contribuirá para nossos gestos de interpretação sobre os verbetes mobilizados para a análise, orientando o olhar para os efeitos de sentido produzidos nas formulações.

# 3 A CONSTITUIÇÃO DO CORPUS E GESTOS DE INTERPRETAÇÃO

Como a Análise de Discurso, linha de pesquisa na qual nos filiamos, não opera com uma metodologia pronta e fechada, mas sim com o princípio do movimento pendular, um vai-e-vem entre teoria e análise, seguimos essa dinâmica na construção do nosso percurso analítico. Esse movimento, conforme Orlandi (2005), envolve o uso de dispositivos teóricos, que variam de acordo com a questão proposta pelo analista, e dispositivos analíticos, que são construídos a partir do objeto de estudo em cada situação específica. Para esta pesquisa, utilizamos o gesto analítico denominado *palavra-puxa-palavra*, definido por Verli Petri (2018, p. 56) como "o estabelecimento das relações entre palavras no interior do mesmo dicionário, pelo efeito 'palavra-puxa-palavra'". Assim, embora partamos de um *corpus* previamente definido, reconhecemos que, ao longo da análise, pode ser necessário retomar os dicionários para consultar novos verbetes que ampliem a compreensão dos sentidos inicialmente mobilizados.

Temos como objeto de análise os dicionários regionalistas *Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul*, de Zeno e Rui Cardoso Nunes, publicado em 1984 e *Dicionário Gaúcho Brasileiro*, de Batista Bossle, publicado em 2003. Além destes, consultamos também o *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa*, de 2009, visto ser um dicionário que representa, mesmo que imaginariamente, a língua portuguesa do/no Brasil.

A primeira obra lexicográfica mobilizada foi o *Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul*, dos irmãos e autores Zeno e Rui Cardoso Nunes, que levou mais de 50 anos para ser feito, tendo sido publicado em 1984. Oriundos da Serra Gaúcha, os irmãos Cardoso Nunes eram gaúchos tradicionalistas, engajados na causa e que, ao viajarem por todo o estado, tinham a pretensão de com a obra "abraçar todas as tropilhas vocabulares" (Cardoso Nunes, 1984, p. 7). Moradores da capital por necessidade, conforme a apresentação de Hugo Ramírez, os irmãos ajudaram a consagrar o Movimento Tradicionalista Gaúcho com a publicação do dicionário e outras obras.

Ao catalogar os dialetos e verbetes até das regiões mais interioranas do estado, os autores eternizaram-nas ao mesmo tempo que mantêm viva a cultura tão marcante e singular das mesmas. Zeno e Rui, pertencentes à Academia Rio-Grandense de Letras e à Estância da Poesia Crioula, afirmam, na nota dos autores, que o dicionário foi sendo enriquecido aos poucos, seja ao percorrer o estado de ponta a ponta, seja ao ler obras, de prosa e verso, que continham em si glossários e vocabulários. Os autores, ambos já falecidos, contribuíram de

forma extremamente importante para a memória das vozes regionais que, registradas no dicionário, são agora imortais.

O segundo dicionário, também regionalista, é *Dicionário Gaúcho Brasileiro*, do autor Batista Bossle, publicado em 2003. Na nota do autor, nos é dito que a ideia deste dicionário surgiu da necessidade de esclarecimento perante às músicas gauchescas que Bossle ouvia e cujas letras e significados seus vizinhos catarinenses não compreendiam, ele tinha então o papel de tradutor de gírias específicas do dialeto

Tantos eram os vocábulos desconhecidos para aquela gente (imensa maioria do povo brasileiro) que em pouco tempo concluí: era necessário fazer alguma coisa para explicar a linguagem dos pampas, não só para tantos que gostam das músicas mas não as entendem por inteiro, mas também porque é fundamental que um país como o Brasil, continental pela extensão geográfica e pela diversidade cultural, tenha registrado em dicionário seu imenso e multifacetado universo lexical. (Bossle, 2003, p. 7)

Este dicionário tem a presença de inúmeras músicas, o que ilustra o fato de que, por mais de uma década, o autor fez uma pesquisa em CDs, além de livros, trabalhos acadêmicos e pesquisadores do tradicionalismo gaúcho.

Além destes dois dicionários citados, também será usado o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, cujo autor, Antônio Houaiss, foi um grande intelectual brasileiro, que ocupou cargos como ministro de Estado da Cultura, presidente da Academia Brasileira de Letras, entre outros. Tinha um grande sonho: a edição do Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. A elaboração do mesmo teve início em 1986, mas foi interrompido em 1992 devido à falta de investimentos. A publicação, então, aconteceu em dezembro de 2000, portanto, uma obra póstuma e que foi concluída pela equipe de Houaiss. A edição que usamos é de 2009.

Como *corpus* de análise para o presente trabalho, definimos os verbetes *indio* e *indigena*, especificamente, suas definições em dicionários regionalistas, a fim de lançar gestos de interpretação e observar os efeitos de sentido que produzem. Nosso interesse por esses dois verbetes, especificamente, ocorreu pelo fato de termos analisado, em projetos de pesquisa anteriores, outros que nos levaram a eles, por meio do gesto analítico denominado palavra-puxa-palavra, como, por exemplo, o verbete *missioneiro*. Naquela análise, observamos que, na região das Missões Jesuíticas no noroeste do Rio Grande do Sul, o indígena é denominado missioneiro antes de qualquer outro nome, ou seja, pelo efeito colonizador, o habitante e natural do local, que é anterior à chegada dos religiosos, passa a ser denominado em prol deles, desconsiderando sua singularidade cultural e linguística e, como consequência, promove um apagamento de sua identidade original. Diante deste fato,

achamos pertinente analisar também os verbetes *índio* e *indígena*, a fim de entender como estes são afetados e significam a partir da memória que neles está contida.

O desenvolvimento analítico está ancorado na perspectiva pecheuxtiana da Análise de Discurso, em articulação com a História das Ideias Linguísticas e, a partir destas, mobilizamos, sobretudo, os conceitos de memória, ideologia e historicidade.

Apresentamos, a seguir, um quadro com os verbetes mobilizados para nossa reflexão:

Quadro 1: Verbetes índio e indígena

Verbete	Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul	Dicionário Gaúcho Brasileiro	Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa
Índio	ÍNDIO, s. Homem do campo. Peão de estância. Indivíduo valente, bravo, disposto, destemido, valoroso.	ÍNDIO, s.m. 1. Indivíduo bem-disposto, valente, destemido, bravo, valoroso. 2. Homem do campo; gaúcho (peão ou patrão).	
Indígena			indígena adj. (1552) 1 relativo a ou população autóctone de um país ou que neste se estabeleceu anteriormente a um processo colonizador 1.1 relativo a ou indivíduo que habitava as Américas em período anterior à sua colonização por europeus 2 que ou o que é originário do país, região ou localidade em que se encontra, nativo [] ETIM. 'natural do lugar em que vive, gerado dentro da terra que lhe é própria'

Fonte: Elaborado pela autora com base na definição dos dicionários

Ao observarmos o quadro comparativo apresentado, percebemos algumas similaridades significativas entre as definições dos verbetes, especialmente no que diz respeito ao uso do verbete *índio*. Tanto nos dicionários regionalistas quanto no dicionário de língua portuguesa, o termo aparece associado ao peão, peão de estância ou homem do campo,

-

<sup>&</sup>lt;sup>9</sup> Destaques das regularidades feitos pela autora.

esta associação estando explicitamente marcada como típica do Rio Grande do Sul. Esse dado não apenas indica uma sinonímia lexical, mas também uma prática cultural enraizada no modo como certos sujeitos são representados e nomeados socialmente, efeito do discurso colonizador e colonizado. É interessante observar como o uso do verbete *índio* é revestido de um novo significado e se torna característico do sujeito gaúcho, silenciando qualquer referência a um povo indígena. Para aprofundar este tópico, fazendo uso do gesto análitico palavra-puxa-palavra, trazemos também a definição dos verbetes *missioneiro*, *gaúcho* e *peão* nos três dicionários mobilizados:

Quadro 2: Verbetes missioneiro, gaúcho e peão

Verbete	Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul	Dicionário Gaúcho Brasileiro	Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa
Missioneiro	MISSIONEIRO, s. e adj. Indígena das antigas missões jesuíticas. 10   Habitante da região Missioneira do Estado.   Relativo às Missões.   Missioneiro, aquele que realiza missões.	1.Relativo às antigas missões jesuíticas.2. Relativo à região	missioneiro adj. s.m. (1899) relativo às antigas missões jesuíticas do Uruguai e do Rio Grande do Sul, ou o que é natural ou habitante das localidades onde elas estavam situadas © ETIM missão sob a f. rad. mission-+-eiro.

-

<sup>&</sup>lt;sup>10</sup> Destaques das regularidades feitos pela autora.

Gaúcho

GAÚCHO, s. e adj. Habitante Rio Grande Sul. | Habitante do interior do Rio Grande, dedicado à vida pastoril e perfeito conhecedor das lides campeiras. | Habitante da Argentina e do Uruguai, região de campanha, com costumes origem e assemelhados aos dos rio-grandenses. | | Primitivam ente: Changador, gaudério, contrabandista, ladrão, vagabundo, coureador, desregrado, andejo. Índio ou mestico, maltrapilho, domicílio certo, que andava, de estância em estância, trabalhando em serviços que fossem executados a cavalo. Remanescentes de tribus guerreiras que habitavam a Argentina, o Uruguai e o Rio Grande do Sul. às vezes amesticados com portugueses e espanhóis, nômades, hábeis desprendidos de tudo. inclusive da vida, valorosos, leais, hospitaleiros, ocupados alguns com as lides da vida pastoril primitiva, outros com roubo de gado contrabando, e outros, ainda, a maioria transitoriamente, com vida militar em que exerciam funções bombeiros, de chasques, de arrebanhadores de gado e de cavalos, de vaqueanos, de isca para o inimigo, ocupando postos que variavam soldado raso general. | Animal ou objeto sem dono, ou cujo dono é desconhecido.

GAÚCHO, adj. e s.m. 1. O habitante ou natural do Rio Grande do Sul: rio-grandense-do-sul. 2. Pessoa do interior do Rio Grande do Sul, dedicado à vida pastoril e perfeito conhecedor das lidas campeiras; 0 homem campo.3. Habitante do Uruguai e da Argentina, da região da campanha, de hábitos e origens semelhantes aos do gaúcho rio-grandense. [...] 4. Hábil cavaleiro, que monta com garbo elegância. Antigamente: caçador de gado selvagem, contrabandista, teatino. andejo, coureador, gaudério. desregrado. changador; remanescentes de tribos guerreiras amestiçadas com portugueses e espanhóis, nômades, hábeis e valentes cavaleiros. Com o tempo, a partir de meados do século XIX, a palavra perdeu sua conotação pejorativa, revestindo-se conteúdo de nitidamente elogioso, homem digno, bravo destemido. São conhecidas sua coragem e valentia; o amor à liberdade e o apego à terra; o espírito cavalheiresco, nobre e hospitaleiro; a gentileza para com as mulheres; o amor arraigado às tradições. Quanto à origem da palavra gaúcho, que se tornou corrente nos documentos a partir de 1790, há muitas divergências.

gaúcho adj.s.m. (1876) 1 diz-se de ou habitante da zona rural do Rio Grande do Sul e, por extensão, de todo o estado; rio-grandense s.m.2 o habitante zona rural (pampas) do Uruguai da Argentina, que se dedica à criação de gado 3 peão de estância 4 bom cavaleiro • GRAM aum.irreg.: gaúchaço: dim.irreg.:gauchit • ETIM plat. gaucho 'nativo rural do Rio da Prata', de orig.duv., prov. indígena (•) americano SIN/VAR rio-granden se-do-sul COL gauchada, quascada. guascaria, indiada • HOM gaúcho (fl. gauchar).

Peão	para o trabalho rural. Conchavado. Empregado para condução de tropa.	PEÃO, s. m.1. Trabalhador assalariado que, nas estâncias, executa diversos serviços; peão de estância; conchavado. 2. Trabalhador rural. 3. Condutor de tropas. 4. Sócio efetivo de Centro de Tradições Gaúchas. 5. Gaúcho pilchado que nos bailes forma par com a prenda.	
------	----------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

Fonte: Elaborado pela autora com base na definição dos dicionários

Observamos muitas semelhanças nos verbetes *índio* e *gaúcho*, especialme nte no modo como ambos são representados por meio adjetivos que reforçam certas imagens cristalizadas. Termos como digno, bravo e destemido aparecem com frequência, sugerindo sujeitos dotados de coragem e valentia reconhecidas, o que contribui para a construção de uma imagem heroica e quase mítica dessas figuras. Além disso, há uma forte ênfase na dimensão rural do gaúcho, destacando seu vínculo com o campo, vida pastoril e lidas campeiras, ressaltando seu apego à terra e às tradições locais, o que reforça uma identidade regionalizada e idealizada.

É notável, também, o fato de que o gaúcho é nomeado, em alguns contextos, como mestiço, indígena americano ou mesmo indiada. Essas nomeações produzem uma sobreposição e, por vezes, a fusão de identidades, sugerindo uma articulação entre o indígena e o gaúcho. É possível observar, nesse movimento, a atuação dos discursos na produção de sentidos que aproximam e, ao mesmo tempo, apagam diferenças, muitas vezes silenciando especificidades históricas e étnicas em prol de uma imagem do sujeito gaúcho.

A figura do índio, nesse contexto, é associada a qualidades como valentia, bravura, disposição, destemor e valor, adjetivos presentes nos dicionários regionalistas e que também encontram correspondência no dicionário de língua portuguesa, ainda que de forma mais generalizada, por meio de sinônimos, como, por exemplo, corajoso, decidido e valentão. Esses sentidos, marcadamente positivos, estão igualmente vinculados à identidade regional gaúcha, sendo valorizados como traços que conferem prestígio ao indivíduo no imaginário do homem do campo.

O uso recorrente da designação *peão*, em referência ao trabalhador rural, contribui para a perpetuação de uma visão idealizada do homem do campo. Essa denominação, por sua vez, não se restringe ao âmbito do trabalho rural: *peão* é igualmente o nome atribuído ao homem que participa dos Centros de Tradições Gaúchas (CTGs), espaços dedicados à celebração da cultura regional. A associação entre o *peão* tradicional, trabalhador das lidas

campeiras, e o participante dos CTGs reforça uma continuidade simbólica entre passado e presente, entre prática e representação. No entanto, esse uso simbólico do nome *peão* apaga qualquer referência direta ao povo indígena, cuja presença histórica e material está nas origens do termo. Nesse sentido, como propõe Petri (2010, p. 72), "o nomear funciona, mas o designar ainda não: é preciso que o nome antigo retorne, para que os dois nomes signifiquem", podemos entender que, embora o nome *peão* continue a circular, sua designação está incompleta, pois apenas com o resgate do conteúdo antigo, ou seja, com o reconhecimento das camadas históricas e sociais que o termo carrega, será possível compreender a totalidade de seus significados, pois, os sentidos não estão contidos nas palavras em si, mas sim nas condições de produção de sua enunciação, nas substituições que são feitas, nos sinônimos usados, acordando com cada situação específica.

Diante disso, é possível apontar que, no contexto do Rio Grande do Sul, o verbete *indio* carrega um sentido específico que não remete ao indígena, ou seja, ao membro de um povo originário. Pelo contrário, não há qualquer referência direta aos povos indígenas na definição desse termo. Observamos, nesta ausência, uma particularidade cultural e histórica da região, onde a tradição campeira enaltece a figura do peão aguerrido, e o termo *índio* passa a designar esse sujeito idealizado, valente e trabalhador do campo. Esse descolamento entre o *índio* e o *indígena* evidencia um processo discursivo de apagamento e substituição identitária, efeito da memória e historicidade. A memória, compreendida como a marca deixada por sentidos que já circularam socialmente e que continuam atuando no presente, atua aqui ao silenciar a diversidade dos povos originários e reinscrever o termo em uma nova rede de significações. Já a historicidade, entendida como a relação do sujeito com a história, não como sucessão de fatos, mas como constituição de sentidos em funcionamento, aponta como os discursos sobre o indígena foram sendo moldados por práticas colonizadoras. Nesse caso, o processo histórico de colonização e catequização operado pelos religiosos europeus impôs uma nova ordem simbólica, apagando narrativas originárias e instaurando uma falsa homogeneidade cultural, como se todos os povos indígenas que outrora habitaram a região pertencessem à mesma tribo e compartilhassem das mesmas crenças.

Em contrapartida, o verbete *indígena* aparece apenas no dicionário de língua portuguesa. Esta falta pode ser facilmente compreendida ao considerarmos que os dicionários regionalistas têm como objetivo registrar unicamente os regionalismos, ou seja, palavras e usos particulares do vocabulário de determinadas regiões, neste caso, do estado do Rio Grande do Sul. De modo que, como o termo *indígena* não é utilizado com frequência na linguagem regional gaúcha, nesse mesmo contexto, ele não figura nesses repertórios lexicais.

Além do fato de que o indígena, especificamente, das Missões, é chamado de missioneiro antes de ser indígena, como dito anteriormente. Quando o dicionário regionalista coloca o natural ou habitante da região das Missões na definição de missioneiro, a ideologia dominante do colonizador cumpre seu papel e apaga o fato de que o indígena veio primeiro. Também quando o generaliza como indígena das Missões e não como membro de uma etnia específica. Já sabíamos que, historicamente, há um apagamento dos nativos da região em detrimento da narrativa do ponto de vista dos jesuítas, segundo a noção de colonização, trazida por Mariani, a qual "remete para a coexistência de povos com histórias e línguas distintas em um dado momento histórico. Colonizar supõe um contato entre diferenças, contato esse que se dá pelo uso da força, não se realizando, portanto, sem tensões e confrontos" (2004, p. 23). Além disso, a autora ressalta que essa noção não apresenta um único sentido; ela varia conforme o ponto de vista do discurso, se parte do colonizador ou do colonizado.

No dicionário de língua portuguesa não há este apagamento, o missioneiro é relativo às antigas Missões Jesuíticas, não necessariamente o indígena pertencente a elas. A ausência desta distinção no dicionário regionalista pode ser explicada por Petri (2012, p. 28)

A gramática é a da língua portuguesa, é ainda a da língua portuguesa do Brasil, mas é possível que as palavras não sejam sempre as mesmas, que os sentidos sejam outros, pois os sujeitos são outros, têm uma história e se relacionam de modo particular com a ideologia.

Por mais que nos cause um estranhamento, é válido pensar que, ainda segundo Petri (2012, p. 30), o dicionário regionalista,

Trata-se de um lugar onde estão formalizados os sentidos correntes mobilizados pelos falantes daquela região, remetendo-nos a uma outra época, ao "imaginário de passado glorioso", silenciando (na maioria das vezes) os efeitos de sentidos pejorativos que a designação possa vir a produzir.

Desse modo, a história do Rio Grande do Sul reverbera nos sentidos que os verbetes possuem, já que é no sentido que a historicidade aparece. De acordo com o que nos diz Nunes (2005, p. 1),

Aos analistas de discurso, a história passou a ser vista não como um pano de fundo, um exterior independente, mas como constitutiva da produção de sentidos. Trabalhar a historicidade implica em observar os processos de

constituição dos sentidos e com isso desconstruir as ilusões de clareza e de certitude.

Por isso, é necessário observar os motivos para o uso distinto de determinados verbetes em situações ou regiões distintas, a história de cada região significa a seu modo, é necessário observar a historicidade para ter acesso aos processos de constituição dos sentidos. Essa ambiguidade no uso e definição dos termos tem sido motivo de debate nos últimos anos. A historiadora Márcia Mura (2022) problematiza o uso do termo *indio*, argumentando que se trata de uma designação genérica e imprecisa, que apaga as especificidades culturais, linguísticas e históricas dos diferentes povos indígenas. Segundo Mura, o termo *indio* ignora não apenas a diversidade entre os povos, mas também as distintas trajetórias de contato com a sociedade não indígena. Em contraste, ela afirma que o uso do termo *indígena* é mais adequado, pois, ao significar "natural do lugar em que vive", reconhece a singularidade e o pertencimento territorial de cada povo, preservando sua identidade particular.

Portanto, ainda que este silenciamento e alteridade de significados sejam passíveis de entendimento, isso não os torna isento de problemáticas, visto que, talvez, nem todos os habitantes do estado do Rio Grande do Sul concordem com este significado que apaga toda um coletivo de grupos indígenas e suas origens distintas, principalmente os indígenas que também são gaúchos. Ou seja, o silêncio, aqui, fala muito. Acordando com Orlandi, (2007, p. 15) "o dicionário, desse modo, é um observatório dos discursos em circulação, trata-se de notar quais ele coloca em circulação e quais ele silencia". Portanto, na região das Missões, particularmente, podemos pensar que os discursos em circulação silenciam as problemáticas em torno do termo *índio*, ressignificando-o para o sujeito que é bravo, disposto, destemido, entre outros adjetivos.

Outro ponto interessante, é que, no dicionário de língua portuguesa, a definição de *indígena* remete diretamente ao contexto histórico de colonização do Brasil. A primeira acepção apresentada é: "relativo a ou população autóctone de um país ou que neste se estabeleceu anteriormente a um processo colonizador". A utilização da palavra autóctone, que é sinônimo de indígena, deixa clara a associação com os povos originários, enfatizando a anterioridade desses grupos em relação à ocupação colonial, além de remeter o sujeito indígena a um contexto que não é atual. Neste sentido, segundo Zanotto (2021, p. 16), "ao enunciar o indígena como um sujeito do passado, os dicionários silenciam a possibilidade de que ele signifique no presente, na atualidade." Em contrapartida, quando observamos a etimologia da palavra, encontramos uma nuance interessante: o termo "indígena" é explicado

como "natural do lugar em que vive, gerado dentro da terra que lhe é própria". Essa explicação amplia o significado e, em certa medida, dissocia o indígena da ideia exclusiva de pertencimento a um povo originário, podendo referir-se genericamente a qualquer pessoa nascida em determinado território. Observamos, então, que, apesar de serem sinônimos, indígena e autóctones, podem não significar a mesma coisa, a depender do contexto em que serão inseridos. Temos a paráfrase, no sentido discursivo, que, segundo Schneiders (2014, p. 63), "é concebida a partir de sua relação com as formações discursivas e, mais especificamente, com o ideológico", é por ela que se torna possível observar um discurso inserido em outro, é nela que temos a reiteração do mesmo (Orlandi, 1998, p. 15). No caso de indígena e autóctone, a circunstância da enunciação seria "palavras diferentes com o mesmo sentido em relação a diferentes situações", pois, "o recorte significativo da situação - o que é relevante para o processo de significação - é determinado pela sua relação com a memória" (ibid). Outra interpretação possível, seria a de que, o indígena, como relativo à, originário ou natural de um determinado local, só o é quando está posto em relação a este local, segundo Zanotto (2021, p. 23),

parece haver uma dissociação entre o indígena e o espaço urbano e, com isso, se produz, mais uma vez, o silenciamento desse sujeito, pois silencia sua possibilidade de significação em outros espaços, só podendo ser considerado indígena aquele que se mantém no local onde nasceu e/ou que seus ancestrais viveram.

E isso se dá, entre outros motivos, pela ocorrência de um processo de colonização que,

acabou por delimitar tanto o espaço físico a ser ocupado pelo indígena, como também o lugar social, assim o povo indígena foi rotulado sob um imaginário criado e sustentado sob prejulgamentos, que foram alicerçados pelo preconceito e discriminação decorrentes das disputas de terras. (Zanotto, 2021, p. 23)

Assim, os discursos que encontramos no verbete *indígena*, vêm carregado de memória discursiva, que, segundo Pêcheux (1995, p. 52), é "aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ser lido, vem restabelecer os 'implícitos'", nesse caso, que remetem ao tempo da colonização religiosa que se deu no Brasil.

Esta paráfrase produz o efeito de memória dos sentidos que estão postos nos verbetes, como foi dito em uma seção anterior, ela é tudo que pode deixar marcas dos tempos e que permite unir todas as temporalidades. Segundo Orlandi, (2005, p.20) "as palavras simples do

nosso cotidiano já chegam até nós, carregadas de sentidos, que não sabemos como se constituíram e que, no entanto, significam em nós e para nós", elas estão carregadas de já ditos e, sendo a AD uma posição enunciativa de um sujeito histórico, "a memória suposta pelo discurso é sempre reconstruída na enunciação", esta, por sua vez, deve ser tomada "como operações que regulam a retomada e a circulação do discurso" (Scherer, 2005, p. 122). Portanto, a memória é um trabalho sobre o já-dito, um trabalho de seleção, reformulação, retomada, ruptura, etc.

# 4 Considerações finais

A análise dos verbetes *índio* e *indígena*, presentes em dicionários regionalistas do Rio Grande do Sul e no Dicionário Houaiss, explicita que o discurso dicionarizado está atravessado por marcas históricas, ideológicas e culturais. Tais marcas não são acidentais; elas evidenciam o funcionamento da linguagem como lugar de memória e de disputa de sentidos. No contexto regional sul-rio-grandense, o termo *índio* passa por um deslocamento de significado, afastando-se da designação dos povos originários e assumindo sentidos associados ao homem do campo: gaúcho, valente e trabalhador, o que produz um processo de apagamento simbólico da identidade indígena. Esse apagamento do sentido original e sua substituição por outro é expressão de um trabalho ideológico que se inscreve na materialidade da língua.

Já o termo *indígena*, ausente dos dicionários regionais e presente apenas no dicionário de língua portuguesa, permanece vinculado à definição de povos autóctones anteriores à colonização. Contudo, ainda que mantenha essa referência, sua formulação abre margem para ambiguidades, visto que os sentidos nunca são estáveis, mas atravessados por disputas discursivas de sentido, por isso, pode haver conflitos nas ideias portas no verbete, pelo modo como o indígena também está sendo definido como o habitante natural de algum lugar, distanciando o indígena da exclusividade de pertencer a um povo originário.

Essa distinção entre os dois termos não se limita ao plano lexical, ela é histórica, ideológica e profundamente vinculada à constituição da memória discursiva. Nesse ponto, a História das Ideias Linguísticas contribui para compreender como essas palavras se inscrevem em cadeias de enunciações ao longo do tempo, revelando movimentos de permanência, ruptura e apagamento.

Assim, este trabalho reafirma a importância de compreender o dicionário como espaço de produção de sentidos, e não como um instrumento neutro ou transparente da língua, perspectiva que tanto a AD quanto a HIL sustentam. Os sentidos que emergem nos verbetes são determinados por relações de poder, processos de identificação e estratégias de silenciamento constitutivos da história dos sujeitos.

Por ser um objeto de representação da língua, o dicionário pode se tornar também um instrumento pedagógico que, ao ensiná-la, possibilita interrogar seus sentidos cristalizados. Nessa pesquisa, buscamos recuperar sentidos que foram apagados e/ou silenciados em detrimento de outros, evidenciando como a memória discursiva está presente nos verbetes do nosso cotidiano. Desse modo, reafirma-se a relevância da articulação entre Análise de

Discurso e História das Ideias Linguísticas para compreender como se constroem, ou se apagam, identidades, pertencimentos e memórias nas materialidades da linguagem.

## 5 Referências

AUROUX, Sylvain. **Revolução Tecnológica da Gramatização**. Editora Unicamp: São Paulo, 2009.

BARRETO, Raquel G. ANÁLISE DE DISCURSO: CONVERSA COM ENI ORLANDI in **TEIAS**, Rio de Janeiro, ano 7, nº 13-14, jan/dez 2006. Disponível em: <a href="https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/24623">https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/24623</a>. Acesso em: 09 de abril de 2025.

BOSSLE, Batista. Dicionário Gaúcho Brasileiro. Porto Alegre: Artes e Oficios, 2003.

FERREIRA, M. C. L. O caráter singular da língua na Análise do Discurso. **Organon**, Porto Alegre, v. 17, n. 35, 2003. DOI: 10.22456/2238-8915.30023. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/30023. Acesso em: 29 out. 2024.

HENRY, P. A história não existe? In: ORLANDI, E. (org.) **Gestos de Leitura.**Editora da Unicamp: São Paulo ,1994. p. 29-54.

MARIANI, Bethania. Colonização Linguística. Pontes: São Paulo, 2004.

NUNES, José H. Léxico e Língua Nacional: Apontamentos sobre a História da Lexicografía no Brasil. In: ORLANDI, E. **História das Ideias Linguísticas.** São Paulo: Pontes Editores, 2001, p. 71-88.

NUNES, José H. **Dicionários no Brasil:** Análise e História do Século XVI ao XIX. Pontes: São Paulo, 2006.

NUNES, José H. Dicionários: história, leitura e produção. **Revista de Letras**, Brasília, v. 3 n. 1/2 (2010). Disponível em: <a href="https://portalrevistas.ucb.br/index.php/rl/issue/view/140">https://portalrevistas.ucb.br/index.php/rl/issue/view/140</a>. Acesso em: 28 de abr. de 2025.

NUNES, José H. LEITURA DE ARQUIVO: HISTORICIDADE E COMPREENSÃO. Seminário de Estudos em Análise do Discurso (SEAD): UFRGS. Rio Grande do Sul, 2005. Disponível

https://scholar.google.com.br/citations?view\_op=view\_citation&hl=pt-BR&user=FKKBXNM

AAAAJ&citation\_for\_view=FKKBXNMAAAAJ:Tyk-4Ss8FVUC. Acesso em: 28 de abr. e 2025.

NUNES, José H. O DISCURSO DOCUMENTAL NA HISTÓRIA DAS IDÉIAS LINGÜÍSTICAS E O CASO DOS DICIONÁRIOS. **Alfa.** São Paulo, 52 (1): 81-100, 2008. Disponível em: <a href="https://www.researchgate.net/publication/26623587\_O\_discurso\_documental\_na\_historia\_das\_ideias\_linguisticas\_e\_o\_caso\_dos\_dicionarios#fullTextFileContent.">https://www.researchgate.net/publication/26623587\_O\_discurso\_documental\_na\_historia\_das\_ideias\_linguisticas\_e\_o\_caso\_dos\_dicionarios#fullTextFileContent.</a> Acesso\_em: 06 de jun. de 2025.

NUNES, José H. **DISCURSO E INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS NO BRASIL:** DOS RELATOS DE VIAJANTES AOS PRIMEIROS DICIONÁRIOS. Orientadora: Eni Orlandi. 1996. Tese (Curso de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem) Universidade Estadual de Campinas - Campinas, 1996.

NUNES, Zeno C; NUNES Rui C. **Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso:** Princípios & Procedimentos. São Paulo: Pontes Editora, 2005.

ORLANDI, Eni. **Língua e Conhecimento Linguístico:** Para Uma História Das Ideias No Brasil. Editora Cortez: São Paulo, 2002.

ORLANDI, Eni Puccinelli. EXTERIORIDADE E IDEOLOGIA. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 30, jan/jun 1996. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8637037. Acesso em: 26 nov. 2024.

ORLANDI, Eni. História das Ideias Linguísticas. São Paulo: Pontes Editores, 2001.

ORLANDI, Eni. Para uma enciclopédia da cidade. Campinas: Pontes, 2003.

ORLANDI, Eni. EniOrlandi. ANÁLISE DE DISCURSO: CONVERSA COM ENI ORLANDI. Entrevistadora: Raquel Goulart Barreto. **Teias.** Rio de Janeiro, ano 7, nº 13-14, jan/dez 2006. Disponível em: <a href="https://www.icict.fiocruz.br/sites/www.icict.fiocruz.br/files/Analise%20do%20Discurso%20-%20Eni%20Orlandi.pdf">https://www.icict.fiocruz.br/sites/www.icict.fiocruz.br/files/Analise%20do%20Discurso%20-%20Eni%20Orlandi.pdf</a>. Acesso em: 06 de jun. de 2025.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio:** no movimento dos sentidos. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

PÊCHEUX, Michel. **Discurso:** estrutura ou acontecimento. Editora Unicamp: São Paulo, 1990.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

PETRI, Verli. A produção de efeitos de sentidos nas relações entre língua e sujeito: um estudo discursivo da dicionarização do "gaúcho". **Letras**, Santa Maria, v. 18, n. 2, p. 227–243, jul./dez. 2008. Disponível em: <a href="https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11989">https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11989</a>. Acesso em 14 de nov. de 2024.

PETRI, Verli. "História de palavras" na história das ideias linguísticas: para ensinar língua portuguesa e para desenvolver um projeto de pesquisa. **Revista Conexão Letras**, *13*(19). 2018. Disponível em: <a href="https://seer.ufrgs.br/index.php/conexaoletras/article/view/85032">https://seer.ufrgs.br/index.php/conexaoletras/article/view/85032</a>. Acesso em 14 de nov. de 2024.

PETRI, Verli. Reflexões acerca do funcionamento das noções de língua e de sujeito no dicionário de regionalismos do rio grande do sul. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, SP, nº 23/24, p. 25-35, jan/junjun/dez. 2009. Disponível em: <a href="http://www.revistalinguas.com/edicao23\_24/revista\_linguas\_23%20e%2024.pdf#page=25">http://www.revistalinguas.com/edicao23\_24/revista\_linguas\_23%20e%2024.pdf#page=25</a>. Acesso em: 26 de nov. de 2024.

PETRI, Verli. De "Garganta do Diabo" para "Ponte sobre oVale do MeninoDeus": Reflexões acerca das práticas sociais e dosmodos de designar o espaço público. **Revista Rua**, Cam′pinas, SP, nº 16, v. 1, jun. 2010. Disponível em: <a href="https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8638837/6443">https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8638837/6443</a>. Acesso em: 09 de jun. de 2025.

PETRI, Verli. Gramatização das línguas e instrumentos linguísticos: a especificidade do dicionário regionalista. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, SP, nº 29, jan/jun. 2012. Disponível em: Disponível em: <a href="http://www.revistalinguas.com/edicao29/artigo2.pdf">http://www.revistalinguas.com/edicao29/artigo2.pdf</a>. Acesso em: 28 de abr. de 2025.

SANTOS, Emily. Índio ou indígena? Entenda a diferença entre os dois termos. **G1**, São Paulo, 19 de abril de 2022. Disponível em: https://g1.globo.com/educacao/noticia/2022/04/19/indio-ou-indigena-entenda-a-diferenca-entr e-os-dois-termos.ghtml. Acesso em: 08 de abril de 2025.

SCHERER, A. E.; TASCHETTO, T. R. O Papel da Memória ou a Memória do Papel de Pêcheux para os Estudos Lingüístico-Discursivos (Le Rôle de la Mémoire ou la Mémoire du Rôle de Pêcheux pour les Études Linguistique-Discursives). **Estudos da Língua(gem)**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 119-123, 2005. Disponível em: <a href="https://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/985">https://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/985</a>. Acesso em: 26 nov. de 2024.

SCHNEIDERS, Caroline M. **Serafim da Silva Neto:** entre a constituição e a circulação do conhecimento linguístico. Orientadora: Amanda Eloina Scherer. 2014. Tese (Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração em Estudos Linguísticos) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

ZANOTTO, Marieli. **Sentidos sobre o indígena:** produção de sentidos em dicionários de língua portuguesa. Orientadora: Dra. AngelaDerliseStube. 2021. 29 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Licenciatura em Letras - Português/Espanhol, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, SC, 2021.